

Direito Administrativo I
Turma A
Exame de recurso
13.02.2026
GRELHA DE CORREÇÃO

I

Nos termos da lei x , é da competência conjunta dos Ministros da Saúde e da Economia a decisão de construção de novos estabelecimentos hospitalares. No dia 3.01.2026, o Ministro da Saúde decidiu delegar essa competência no Secretário de Estado da Saúde.

A 4.01.2026, o Secretário de Estado da Saúde decidiu que deveria ser construído um novo hospital no concelho do Porto; porém, entendeu que deveria ser a Câmara Municipal do Porto a determinar a sua localização exata, pelo que delegou nesta a competência para escolher o local do novo hospital.

No dia seguinte, seis vereadores da Câmara Municipal do Porto, ao saberem da delegação pela comunicação social, decidiram por unanimidade, logo ali no *hall* do edifício da Câmara Municipal, recusar o exercício da competência delegada.

Ao tomar conhecimento da recusa de exercício da competência delegada, o Ministro da Saúde ordenou ao Presidente da Câmara Municipal do Porto que procedesse à anulação da deliberação de 05.01.2026.

1) Analise o ato praticado pelo Ministro da Saúde em 3.01.2026 (4 v.)

- identificação dos Ministros nos quadros da organização administrativa;
- caracterização da competência conjunta;
- incompetência absoluta do Ministro da Saúde e nulidade; justificação;
- delegação de competências – caracterização da figura;
- importância da lei de habilitação;
- consequências da ausência de lei de habilitação;
- ...

2) Analise os atos praticados pelo Secretário de Estado da Saúde em 4.01.2026 (4 v.)

- delegação de competências (cont.): requisito de eficácia
- natureza jurídica da delegação de competências e consequência para a validade do ato, considerando a ausência de lei de habilitação

- natureza jurídica da delegação de competências e consequência para a validade do ato, considerando a ausência de publicação
- admissibilidade da subdelegação;
- subdelegação em autarquia local por ato administrativo;
- ...

3) É válida a deliberação tomada pelos vereadores da Câmara Municipal do Porto? (4 v.)

- órgãos colegais: conceito e regime;
- convocatória e local das reuniões;
- quórum da CM do Porto; consequências
- admissibilidade da recusa de exercício da competência pela CM?
- ...

4) O que deve fazer o Presidente da Câmara Municipal do Porto? (3 v.)

- identificação do Município nos quadros da organização administrativa;
- o limite dos poderes de tutela; razão de ser;
- ausência de poder de direção e dever de obediência;
- impossibilidade de anulação de ato nulo;
- ...

II

Comente a seguinte afirmação:

A construção teórica do princípio da legalidade administrativa não pode ser transposta para Portugal, onde o Governo tem competência legislativa (5 v.)

- evolução do princípio da legalidade;
- sentido atual do princípio da legalidade;
- fundamento do princípio da legalidade;
- perturbação trazida pela competência legislativa do Governo;
- ...